



## ADULTOS EXPOSTOS AO DIVÓRCIO DOS PAIS DURANTE A INFÂNCIA: SERIA A RESILIÊNCIA O CAMINHO?

### *ADULTS EXPOSED TO PARENTAL DIVORCE DURING CHILDHOOD: IS RESILIENCE THE ANSWER?*

DOI: 10.5281/zenodo.20423224



*Jaiane Nogueira dos Santos<sup>1</sup>*

*Maria Clara Sahdo Cetraro<sup>2</sup>*

*Ítalo Bruno Lima Nonato<sup>3</sup>*

#### RESUMO

Ao ler esta pesquisa, nosso objetivo é descortinar alguns assuntos que, por tempos, causaram inquietações. Assuntos como, de que maneira o divórcio dos pais, vivenciado durante a infância, pode influenciar a vida emocional e social na fase adulta. A pesquisa parte da reflexão sobre como essa experiência pode deixar marcas, mas também pode despertar a capacidade de superação e crescimento, como a resiliência. Por meio de estudos e referenciais teóricos atuais, como os de Barlach (2024), Ungar (2021) e Fernandes e Lima (2021), o estudo discute como o apoio emocional, o vínculo familiar e a forma como a criança vivencia o rompimento conjugal impactam seu desenvolvimento. Observa-se que, embora o divórcio seja um evento desafiador, muitos indivíduos conseguem ressignificar a dor e transformá-la em força, construindo trajetórias mais conscientes e equilibradas. Assim, o trabalho reforça a importância de olhar para a resiliência não apenas como um conceito psicológico, mas como um processo humano de reconstrução. Além disso, destaca o papel essencial do psicólogo em oferecer suporte e promover ambientes familiares mais acolhedores, capazes de favorecer o desenvolvimento saudável de crianças e adultos diante das rupturas familiares.

**Palavras-chave:** divórcio; infância; resiliência; desenvolvimento emocional; psicologia familiar.

---

1 E-mail: [jaianenogueirad@gmail.com](mailto:jaianenogueirad@gmail.com)

2 E-mail: [mariaclarasahdo@gmail.com](mailto:mariaclarasahdo@gmail.com)

3 E-mail: [italo.nonato@fametro.edu.br](mailto:italo.nonato@fametro.edu.br)





## ABSTRACT

This study seeks to understand how parental divorce experienced during childhood can influence emotional and social aspects of adult life. The research reflects on how such an experience can leave emotional marks, yet also awaken an individual's ability to overcome adversity through resilience. Drawing on recent theoretical contributions, such as those by Barlach (2024), Ungar (2021), and Fernandes and Lima (2021), this work discusses how emotional support, family bonds, and the child's perception of the parental separation impact their overall development. The findings suggest that, although divorce represents a challenging experience, many individuals manage to reinterpret pain and transform it into strength, building more balanced and conscious life trajectories. Therefore, this study highlights resilience not only as a psychological concept but as a deeply human process of reconstruction. Furthermore, it emphasizes the crucial role of psychologists in providing emotional support and fostering nurturing family environments that promote the healthy development of both children and adults facing parental separation.

**Keywords:** divorce; childhood; resilience; emotional development; family psychology.

## 1. INTRODUÇÃO

Em primeira análise, o divórcio é definido como o rompimento legal do vínculo do casamento civil, onde, definitivamente, cessam as obrigações matrimoniais. Por conseguinte, o evento é considerado estressante para as famílias, uma vez que, implica uma série de mudanças e ajustamentos na vida de todos os envolvidos, principalmente nos filhos do casal. Ademais, a prática aumenta a probabilidade de pais e crianças evidenciarem mal-estar psicológico, como, reações adversas em vários níveis, como sintomas comuns durante esse processo de transição.

Em segunda análise, investigações conduzidas pelo Departamento de Psicologia da Universidade do Minho, como o estudo “Typologies of Post-divorce Coparenting and Parental Well-Being, Parenting Quality and Children's Psychological Adjustment”<sup>4</sup>(Lamela; Figueiredo; Bastos; Feinberg, 2020), indicam que, no contexto de famílias divorciadas, as crianças tendem a apresentar riscos acrescidos de problemas de ajustamento psicológico e social.

---

4 “Tipologias de coparentalidade pós-divórcio e bem-estar parental, qualidade da parentalidade e ajustamento psicológico das crianças”





Os resultados evidenciam que diferentes tipologias de coparentalidade pós- divórcio se associam a níveis distintos de bem-estar infantil, revelando que ambientes de elevada conflitualidade entre os pais favorecem o surgimento de dificuldades emocionais e comportamentais. Tais achados sugerem que, em comparação com crianças de famílias intactas, aquelas que vivenciam a dissolução conjugal, podem manifestar menor bem-estar global, com impacto negativo sobre o desempenho acadêmico, a autoestima e a qualidade das relações familiares e sociais.

Além disso, o estudo conduzido por pesquisadores da University of California, Merced, em colaboração com o U.S. Census Bureau (2025), aponta que crianças expostas ao divórcio precoce enfrentam maiores riscos de apresentar desfechos negativos ao longo da vida adulta, como menores ganhos financeiros, aumento da probabilidade de gravidez na adolescência e maior incidência de encarceramento. Os autores explicam que tais efeitos estão fortemente relacionados à perda de renda familiar, às mudanças frequentes de residência e à diminuição do envolvimento parental.

Nesse sentido, o artigo reforça a ideia de que a estabilidade familiar, caracterizada pela convivência com ambos os pais, tende a proporcionar melhores condições de desenvolvimento, assegurando maior proteção emocional, proximidade afetiva e menor exposição a situações estressantes.

O trabalho discute as possíveis influências da separação conjugal durante a infância no padrão de comportamento na fase adulta. O estudo traz benefícios à sociedade, visto que a criança está em desenvolvimento social e psíquico. Além de cooperar para aperfeiçoamento acadêmico e profissional, uma vez que, o projeto servirá de base para novas pesquisas, além de demonstrar a importância das atribuições do psicólogo durante as situações de separação parental. O estudo traz, ainda, uma perspectiva pessoal ampla sobre o tema, servindo de aprendizagem e um olhar mais cuidadoso às crianças expostas a tal circunstância.

A pesquisa é importante para buscar entender como a separação dos pais durante a infância pode influenciar o comportamento do indivíduo na vida adulta. Compreender essas possíveis consequências desvenda que muitos adultos podem enfrentar desafios emocionais e





sociais em função dessa experiência. Além disso, a pesquisa pode contribuir para a área acadêmica e profissional, uma vez que, ao analisar o armazenamento de monografias acerca desse assunto na biblioteca da Instituição, notamos que há uma pequena quantidade, evidenciando a importância de redigir este artigo, com o intuito de servir como base para futuros estudantes.

Por fim, o estudo também oferece um olhar mais sensível e cuidadoso sobre adultos que, quando crianças, passaram por essa situação, ajudando a pensar em estratégias de acolhimento e desenvolvimento saudável. Nesse sentido, torna-se essencial analisar de que forma os impactos vivenciados na infância podem refletir em fases posteriores da vida, influenciando a construção da identidade, os relacionamentos interpessoais, o desempenho profissional e até a saúde mental desses adultos. Muitas vezes, experiências de separação conjugal dos pais podem gerar insegurança, dificuldade de confiança e necessidade de maior resiliência para lidar com desafios cotidianos.

Torna-se cristalina, portanto, que crianças expostas à separação parental possuem a necessidade de encontrarem novas formas de passarem pelo processo de desenvolvimento e, a forma como tal condição é desenvolvida, acarreta consequência na vida adulta. Dessa forma, a pesquisa feita acerca dos adultos é capaz de identificar a resiliência como um dos caminhos a serem, possivelmente, seguidos pelos indivíduos que passam por este processo, como esta pode ser diferentemente desenvolvida, qual a sua importância e como pode afetar o futuro desses infantes.

## **Capítulo 1: Como a figura da criança é percebida e qual sua posição atribuída durante o divórcio, no prisma familiar**

Sob uma primeira perspectiva, de acordo com Karela & Petrogiannis (2020), analisaram como os pais percebem as crianças no divórcio, focando na regulamentação emocional, no comportamento adaptativo e no apoio parental como fatores de resiliência. Ainda, destaca que a percepção dos pais sobre a competência e enfrentamento da criança



influencia diretamente como o filho se ajusta ao processo, analisando os filhos como mais “resilientes” e mais “vulneráveis”.

Em segunda análise, foi realizado o estudo denominado de “Como o divórcio e a perda parental moldam o crescimento moral e a resiliência emocional das crianças”, no qual foram analisadas crianças e adolescentes entre 10 e 18 anos, relacionando resiliência emocional e moral ao ajuste pós-divórcio. Além disso, mostra que aspectos como estratégias de resolução de conflitos e apoio familiar influenciam positivamente o modo como a criança se ajusta às mudanças familiares, uma vez que, o foco central da pesquisa não foi apenas verificar impactos negativos, mas compreender como crianças internalizam o evento do divórcio, quais fatores familiares favorecem adaptação saudável, se as competências do enfrentamento são desenvolvidas e de que forma. Evidenciando, portanto, a importância da correlação positiva entre maturidade moral e ajustamento ao divórcio, a importância da resolução de conflitos e o papel do suporte familiar. (SEZER, 2025).

Por conseguinte, Barry (2025) consultou crianças sobre mudanças relacionadas à separação relataram maior bem-estar psicológico e relações familiares mais seguras ao longo do tempo. Indicando, portanto, que a participação da criança no processo de reorganização familiar durante o divórcio pode favorecer melhores indicadores de saúde mental e fortalecer o vínculo com os pais. Nesse ínterim, é enfatizada a importância de consultar a criança no processo de divórcio parental, reconhecendo-a como sujeito ativo e detentor de direitos. Em contrapartida, a exclusão da criança das decisões pode intensificar sentimentos de invisibilidade e ansiedade. Portanto, a participação infantil no processo de separação configura-se como fator protetivo associado ao desenvolvimento da resiliência emocional.

Ademais, o divórcio dos pais gera um evento estressor e significativo no desenvolvimento infantil, podendo afetar os infantes em diversos aspectos, como bem-estar emocional, o desempenho escolar e a saúde mental. Ademais, crianças expostas à separação parental apresentam maior risco de problemas emocionais e comportamentais, como ansiedade, depressão e dificuldades de adaptação social. Assim, a criança é compreendida como parte vulnerável do sistema familiar, pois é vista como diretamente dependente da





estabilidade das relações parentais para o seu desenvolvimento psicológico. (ÇAKSEN, 2022).

Concomitante a esse contexto, o estudo “Experiências dos pais sobre a participação de seus filhos em grupos de apoio para divórcio na Noruega: um estudo fenomenológico”, feito na Noruega, por Ulvøy et al. (2023), investigou sobre a participação de crianças em grupos de apoio destinados a filhos de pais divorciados, analisando principalmente a percepção dos pais sobre os efeitos dessa participação no processo de adaptação emocional infantil. Ademais, a pesquisa indicou que esta forma de rede de suporte funciona como espaço seguro no qual os infantes podem expressar sentimentos, compartilhar experiências e compreender melhor as mudanças ocorridas na dinâmica familiar. Possibilitando, portanto, a percepção de que outras pessoas vivenciam situações semelhantes, contribuindo para a redução de sentimentos de isolamento e culpa.

Nesse viés, seguindo a linha de estudo da pesquisa supracitada, demonstra-se que, quando há espaço para que a criança fale sobre seus medos, dúvidas e percepções, ocorre uma forma de elaboração emocional que favorece a adaptação à nova configuração familiar. Ainda, destaca que a mesma não deve ser compreendida apenas como um indivíduo afetado pelas decisões dos adultos, mas como um sujeito participante da reorganização familiar, cuja voz e percepção podem contribuir para a construção de relações familiares mais equilibradas após o divórcio, uma vez que a inclusão do infante no processo de diálogo e apoio psicológico favorece o fortalecimento de recursos emocionais, o que pode contribuir para o desenvolvimento da resiliência ao longo do ciclo de vida. Logo, a escuta da criança no contexto do divórcio parental apresenta-se como um fator relevante para a promoção do bem-estar psicológico e para a construção de processos de adaptação mais positivos diante das mudanças estruturais.

Além disso, crianças expostas ao divórcio parental podem vivenciar conflitos emocionais decorrentes de lealdades contraditórias entre os pais, podendo gerar dissonância cognitiva e sofrimento psicológico. O estudo supracitado argumenta que, durante o divórcio, o infante frequentemente se vê inserido em um campo de tensões afetivas, no qual pode





experimentar sentimentos ambivalentes em relação aos pais, como sentir, simultaneamente, amor, lealdade e necessidade de agradar ambos, enquanto percebe a ruptura do vínculo entre eles. Dessa forma, a pesquisa gera a compreensão de que a criança não deve ser vista apenas como espectadora do divórcio dos parentescos, mas como sujeito ativo dentro da dinâmica, cuja experiência emocional precisa ser considerada tanto nas práticas clínicas quanto nas decisões familiares e institucionais relacionadas ao divórcio. (JIE, YRAMATEGUI, HUANG, 2025).

Nesse sentido, é analisado o crescente movimento jurídico e social que defende a inclusão da voz da criança nos processos de divórcio, considerando-a como sujeito de direitos e capaz de expressar opiniões sobre sua própria vida familiar. Porém, é importante salientar sobre o risco de a criança ser seja colocada em uma posição emocionalmente complexa, especialmente quando precisa expressar preferências entre pai e mãe ou opinar sobre questões de guarda, podendo ser exposta a conflitos de lealdade, sentimentos de culpa ou pressão psicológica.

Ainda, Barshack (2023), expressa-se dentro da posição ambivalente ocupada dentro do contexto de divórcio, é mostrado que, por um lado a criança é reconhecida como sujeito de direitos e participante do processo familiar, mas por outro, também é considerada um indivíduo em desenvolvimento que necessita de proteção emocional e mediação adulta. Assim, o autor argumenta que a participação infantil deve ser cuidadosamente conduzida, garantindo que a escuta da mesma não implique na transferência de responsabilidades que deveriam permanecer com os pais. Em síntese, o estudo reforça a necessidade de abordagens que equilibrem escuta, proteção e responsabilidade parental, preservando o bem-estar psicológico da criança durante todo o processo.

De forma convergente, Peixoto et al. (2022) demonstram que a exposição direta da criança ao conflito, especialmente quando é colocada “no meio” das disputas conjugais, associa-se a piores níveis de ajustamento emocional e social. Em contrapartida, contextos em que há cooperação coparental e preservação dos vínculos afetivos com ambos os genitores tendem a favorecer trajetórias positivas de desenvolvimento.



Em conformidade, o enfrentamento (coping) infantil no contexto do divórcio parental está intimamente relacionado à percepção da criança sobre os eventos estressores e às estratégias adotadas para lidar com eles, revela que, crianças que experienciam afastamento de um dos genitores e enfrentam conflitos interparentais intensos, tendem a apresentar níveis mais elevados de estresse e utilizar estratégias de enfrentamento mal-adaptativas. Por outro lado, a continuidade afetiva com ambos os genitores, a estabilidade emocional dos cuidadores e a minimização destes conflitos são fatores decisivos para transformar o conflito em uma oportunidade de crescimento familiar. (ROSEIRO, et. al, 2020).

Em concordância, o divórcio parental não afeta apenas a relação conjugal entre os adultos, mas provoca uma reorganização significativa em toda a dinâmica familiar, na qual a criança passa a ocupar uma posição particularmente sensível. Nesse contexto, a forma como os pais lidam com o processo de separação influencia diretamente a maneira como os filhos compreendem e vivenciam essa mudança. Em muitos casos a criança é percebida pelos adultos como alguém que necessita de proteção diante das tensões do divórcio, sendo frequentemente posicionada como parte vulnerável do sistema familiar. (Fabricius; Suh, 2021)

Além disso, a partir do século XXI, começou a tornar-se mais explícito o crescente debate acerca da participação da criança nas decisões relacionadas ao divórcio parental, especialmente em questões que envolvem guarda, convivência e reorganização da rotina familiar. Pesquisas recentes indicam que ouvir a perspectiva da criança pode contribuir para uma melhor compreensão de suas necessidades emocionais e favorecer relações familiares mais equilibradas após a separação.

Entretanto, aos autores Birnbaum e Saini (2020) destacam que essa participação deve ocorrer de forma cuidadosa, evitando que o infante seja colocado em uma posição de responsabilidade sobre decisões que pertencem aos adultos. Portanto, o reconhecimento da criança como sujeito de direitos não significa transferir para ela o peso das escolhas familiares, mas garantir que sua voz seja considerada dentro de um processo mediado e sensível às suas condições de desenvolvimento.





Por conseguinte, outra questão amplamente discutida na literatura refere-se à posição que a criança pode ocupar em contextos de elevado conflito entre os pais durante o divórcio. É evidente que, quando os genitores mantêm disputas intensas ou utilizam os filhos como intermediários na comunicação, as crianças podem sentir-se emocionalmente pressionadas a tomar partido ou a mediar conflitos entre os adultos. Essa situação tende a gerar sentimentos de culpa, ansiedade e insegurança, uma vez que o infante passa a vivenciar um conflito de lealdade em relação às figuras parentais. Nesse sentido, ressalta-se que a exposição da criança aos conflitos conjugais pode ser mais prejudicial ao seu bem-estar psicológico do que o próprio divórcio em si, evidenciando a importância de práticas parentais que busquem preservar o espaço emocional da criança durante o processo de separação. (HARMAN; KRUK; HINES, 2022).

Outrossim, o divórcio parental implica uma reorganização da estrutura familiar, na qual novos arranjos de convivência e papéis familiares são estabelecidos. Nesse processo, a criança passa a lidar com mudanças na rotina, na convivência com os pais e, muitas vezes, com a formação de novas configurações familiares, como famílias recompostas, explicitando que a forma como os pais conduzem essa reorganização pode influenciar diretamente a maneira como os filhos percebem seu lugar dentro do sistema familiar após a separação.

Como identificado por Smith e Freeman (2022), quando há diálogo, previsibilidade e manutenção dos vínculos afetivos com ambos os genitores, o infante tende a perceber a nova estrutura de maneira mais estável. Por outro lado, contextos marcados por instabilidade e comunicação conflituosa podem gerar maior sensação de insegurança e desorientação em tal ambiente.

Outro aspecto frequentemente discutido na literatura refere-se à vulnerabilidade que pode marcar a experiência infantil diante do divórcio parental. Isso ocorre porque a separação dos pais não envolve apenas o rompimento da relação conjugal, mas também uma reorganização significativa da dinâmica familiar, que pode alterar rotinas, vínculos afetivos e formas de convivência. Nesse cenário, a criança pode enfrentar sentimentos de insegurança, confusão e preocupação em relação às mudanças que ocorrem em seu ambiente familiar.





Conforme apontam Amato e Patterson (2021), os efeitos do divórcio sobre os filhos estão frequentemente associados às condições em que a separação ocorre, especialmente quando o processo é marcado por instabilidade ou conflitos entre os genitores. Assim, compreender a posição da criança dentro desse contexto torna-se fundamental para analisar os possíveis impactos emocionais e relacionais decorrentes da dissolução conjugal.

Nesse sentido, a literatura também tem apontado que o envolvimento da criança em disputas parentais pode representar um fator significativo de sofrimento emocional. Em contextos de elevado conflito, é possível que os filhos sejam expostos a tensões constantes ou até mesmo colocados na posição de mediadores entre os pais. Tal situação pode gerar o chamado “conflito de lealdade”, no qual a criança sente-se pressionada a tomar partido ou a proteger emocionalmente um dos genitores. Conforme argumentam Harman, Kruk e Hines (2022), quando a criança é inserida no centro das disputas conjugais, sua experiência familiar tende a ser marcada por sentimentos de ansiedade, culpa e ambivalência afetiva, fatores que podem comprometer seu bem-estar psicológico.

Além disso, o divórcio também implica uma reorganização das formas de convivência familiar, exigindo que todos os membros da família se adaptem a novos arranjos e papéis. Para a criança, essa transição pode envolver mudanças relacionadas ao local de moradia, à convivência com cada um dos pais e à adaptação a novas rotinas familiares. Tais transformações podem gerar diferentes reações emocionais, especialmente quando ocorrem de forma repentina ou acompanhadas de tensões entre os genitores. Diante dessa premissa, Nielsen (2020) aponta que a forma como os pais conduzem esse processo de reorganização familiar exerce influência significativa sobre a maneira como os filhos compreendem e se adaptam às mudanças decorrentes da separação, pois quando os pais conseguem manter relações cooperativas e preservar o vínculo afetivo com os filhos, as crianças tendem a apresentar maior sensação de estabilidade e segurança mesmo diante das transformações provocadas pelo divórcio.





## Capítulo 2: Compreender a importância da resiliência no processo do divórcio

Inicialmente, o autor contemporâneo Barlach (2024) ressalta que a resiliência envolve atribuição de significado à adversidade, mobilização de ação e criatividade para reconfigurar relações e contextos de vida. Nesse sentido, a resiliência psicossocial desafia concepções lineares e determinantes da adaptação, enfatizando a agência do sujeito e a capacidade de integrar dimensões fragmentadas de experiência emocional e social, promovendo crescimento pessoal e manutenção do bem-estar (American Psychological Association, 20205).

Humphreys (2022), em um olhar secundário, destaca que a resiliência psicossocial inclui práticas reflexivas, como a reavaliação cognitiva de situações adversas, o estabelecimento de metas pessoais significativas e a mobilização de recursos comunitários e sociais.

Além disso, a resiliência tem sido amplamente discutida na psicologia contemporânea como um processo dinâmico de adaptação positiva diante de experiências adversas. No contexto do divórcio parental, esse conceito torna-se particularmente relevante, uma vez que a dissolução conjugal pode gerar mudanças significativas na estrutura familiar e na dinâmica emocional da criança. De acordo com Masten (2021), a resiliência não se refere apenas à capacidade de resistir às dificuldades, mas também ao desenvolvimento de estratégias adaptativas que permitem ao indivíduo reorganizar sua vida emocional e social após eventos estressantes, evidenciando que crianças que vivenciam o divórcio dos pais podem desenvolver mecanismos de enfrentamento que favoreçam sua adaptação ao novo contexto familiar.

Nesse sentido, a pesquisa “Fortalecendo a resiliência familiar” aponta que a resiliência atua como um fator protetivo diante dos impactos emocionais associados ao divórcio dos pais. Segundo Walsh (2020), famílias que conseguem reorganizar suas relações de maneira funcional após a separação tendem a promover ambientes mais estáveis e seguros para o desenvolvimento emocional dos filhos, envolvendo processos como comunicação aberta, cooperação parental e manutenção de vínculos afetivos consistentes, elementos que contribuem para fortalecer a capacidade resiliente das crianças.





Por conseguinte, a resiliência também pode ser compreendida como um processo construído ao longo do desenvolvimento, sendo influenciada por fatores como apoio social, estabilidade familiar e qualidade das relações parentais. De acordo com Prime, Wade e Browne (2020), mesmo diante de contextos familiares desafiadores, a presença de figuras de apoio e ambientes emocionalmente seguros pode favorecer a construção de competências socioemocionais importantes para a superação de adversidades. Assim, esta não deve ser compreendida apenas como uma característica individual, mas como um fenômeno relacional que se desenvolve a partir das interações entre o indivíduo e seu contexto social.

Ademais, de acordo com o estudo “Divórcio na vida adulta e suas consequências para os filhos”, os efeitos do divórcio parental não são homogêneos, sendo influenciados por fatores individuais e contextuais. Embora o divórcio possa representar uma experiência potencialmente estressora para os filhos, muitos indivíduos conseguem apresentar trajetórias de desenvolvimento positivas quando dispõem de recursos psicológicos e sociais adequados. Nesse contexto, a resiliência emerge como um mediador importante entre a adversidade vivenciada na infância e os resultados psicológicos observados na vida adulta. (AMATO, JAMES, 2021)

No contexto da infância e adolescência, a resiliência também está associada ao desempenho acadêmico, integração social e saúde mental. Crianças que vivem em ambientes familiares estáveis, com apoio emocional consistente e oportunidades de participação social, tendem a desenvolver maior capacidade de enfrentamento e menores níveis de estresse. Em contraste, crianças expostas a instabilidade familiar ou ausência de suporte parental podem ter maiores dificuldades adaptativas, reforçando a importância de políticas públicas e intervenções voltadas à promoção de ambientes protetivos. (UNGAR, 2021)

No âmbito da resiliência familiar e infantil diante de rupturas como o divórcio, o ajustamento das crianças não depende exclusivamente da separação em si, mas da qualidade dos vínculos parentais, do suporte emocional contínuo e da presença de fatores protetores contextuais. Por conseguinte, a coparentalidade positiva e o envolvimento consistente dos pais após a separação estão associados a melhores desfechos comportamentais e emocionais,





enquanto conflitos persistentes e instabilidade familiar elevam o risco de dificuldades adaptativas.(ALMEIDA; CARVALHO; SANTOS, 2022; FERNANDES; LIMA, 2021; SOUZA et. al., 2020).

A resiliência infantil durante o processo de divórcio assume um caráter dinâmico que ultrapassa a mera adaptação passiva, revelando-se como um processo emergente de agência, reconstrução simbólica e transformação pessoal. Embora a separação parental seja, em si, um evento adverso, as consequências na vida adulta dependem profundamente de como a criança internaliza e responde a essa experiência, ou seja, da sua resiliência, sensibilidade ao ambiente e recurso às redes de apoio (TULLIUS et. al., 2021).

Outro aspecto relevante refere-se à maneira como experiências adversas na infância podem influenciar o desenvolvimento emocional ao longo do ciclo vital, uma vez que, adultos que vivenciaram o divórcio dos pais durante a infância podem apresentar maior sensibilidade às relações interpessoais e aos vínculos afetivos, especialmente quando o processo de separação foi marcado por conflitos intensos. Entretanto, conforme apontam Xu e Wang (2026), indivíduos que desenvolvem níveis mais elevados de resiliência tendem a demonstrar maior capacidade de regulação emocional, flexibilidade cognitiva e adaptação às mudanças familiares, os quais são fatores que contribuem para a construção de relações interpessoais mais saudáveis. Concomitante a esse contexto, Lansford (2022) destaca a resiliência como um processo essencial para a adaptação frente a eventos adversos no contexto familiar, como o divórcio parental, uma vez que o ajustamento de crianças e adolescentes após este acontecimento não depende apenas da separação em si, mas da capacidade de adaptação desenvolvida ao longo do tempo. Assim, indivíduos resilientes tendem a apresentar maior capacidade de reorganização emocional diante das mudanças familiares, reduzindo impactos negativos a longo prazo.

Além disso, Hayes e Watson (2021) referem o papel dos fatores contextuais na promoção da resiliência. Portanto, o ambiente familiar, o suporte social e a estabilidade emocional oferecida pelas figuras parentais são determinantes para o desenvolvimento de respostas resilientes em crianças expostas ao divórcio. Dessa forma, tal adaptação não deve





ser compreendida como uma característica inata, mas como um processo construído a partir das interações entre o indivíduo e seu contexto, especialmente em situações de reorganização familiar.

Corroborando a essa perspectiva, o estudo “Divórcio parental e apego adulto: o papel mediador da resiliência” indica que esta está diretamente associada à qualidade das relações interpessoais desenvolvidas na vida adulta por indivíduos que vivenciaram o divórcio dos pais na infância. De acordo com Rodrigues e Matos (2022), a resiliência atua como um mediador entre experiências adversas precoces e o estabelecimento de vínculos afetivos seguros nesta fase da vida, favorecendo padrões de apego mais estáveis. Dessa forma, mesmo diante de contextos familiares instáveis, a presença de recursos internos e externos pode promover trajetórias de desenvolvimento mais adaptativas.

Nesse ínterim, é evidente que a resiliência está fortemente relacionada à saúde mental de indivíduos provenientes de famílias divorciadas. Por conseguinte, níveis mais elevados desta adaptação estão associados a menores índices de ansiedade, depressão e sofrimento psicológico, indicando que essa capacidade funciona como um fator de proteção diante das consequências emocionais do divórcio parental. Nesse contexto, a resiliência não apenas reduz vulnerabilidades, mas também contribui para o fortalecimento de competências emocionais ao longo do desenvolvimento. (ZHANG, LIU, 2023).

Seguindo tal lógica, a resiliência também se relaciona com trajetórias de desenvolvimento ao longo do ciclo vital, pois experiências adversas na infância, como o divórcio parental, não determinam necessariamente desfechos negativos na vida adulta, especialmente quando o indivíduo desenvolve competências resilientes. Sendo assim, conforme discutem Neugebauer e Nettleton (2021), a resiliência possibilita a resignificação de experiências difíceis, favorecendo o crescimento pessoal e a construção de uma identidade mais adaptativa.

De acordo com Sandler et al. (2021), intervenções voltadas ao fortalecimento da resiliência têm demonstrado efeitos positivos em indivíduos que passaram por experiências de separação parental, como programas de apoio psicológico e familiar, podendo promover





habilidades de enfrentamento, regulação emocional e resolução de problemas, contribuindo para a adaptação saudável após o divórcio dos pais. Em suma, tais evidências reforçam a importância de estratégias preventivas e interventivas que visem minimizar os impactos negativos dessa experiência.

### **Capítulo 3: A consolidação da resiliência na vida adulta após o divórcio parental**

Em primeira análise, conforme aponta Masten (2021), a resiliência emerge a partir da interação entre sistemas adaptativos básicos, como vínculos afetivos seguros, funcionamento cognitivo adequado e regulação emocional eficiente. Assim, mesmo diante de experiências adversas como a separação dos genitores, indivíduos que conseguem acessar tais recursos tendem a desenvolver trajetórias mais adaptativas na vida adulta.

Nesse sentido, a literatura evidencia que a experiência do divórcio parental pode influenciar diretamente a construção da identidade do indivíduo. Durante a infância, a ruptura familiar pode gerar sentimentos de insegurança, abandono e instabilidade; contudo, ao longo do desenvolvimento, esses mesmos indivíduos podem reinterpretar tais experiências, atribuindo novos significados e incorporando-as à sua narrativa de vida. Esse processo de ressignificação é fundamental para a consolidação da resiliência, pois permite que o sujeito transforme uma experiência potencialmente negativa em um elemento estruturante de sua identidade (NEUGEBAUER; NETTLETON, 2021).

Outro aspecto relevante refere-se à influência do divórcio parental nos padrões de relacionamento interpessoal na vida adulta. Estudos indicam que indivíduos que vivenciaram esse tipo de ruptura familiar podem apresentar maior sensibilidade emocional nas relações afetivas, bem como maior cautela no estabelecimento de vínculos. Entretanto, quando associados a elevados níveis de resiliência, tais indivíduos tendem a desenvolver maior consciência emocional, empatia e habilidades de comunicação, fatores que contribuem para relações mais saudáveis e estáveis (RODRIGUES; MATOS, 2022).





A resiliência, segundo Masten (2021) quando consolidada, exerce impactos significativos na formação emocional e social do indivíduo adulto. No contexto de indivíduos que vivenciaram o divórcio parental na infância, essa capacidade torna-se um elemento central para a compreensão de suas trajetórias de desenvolvimento, uma vez que está associada à adaptação positiva frente às adversidades e à construção de competências socioemocionais ao longo do ciclo vital.

Do ponto de vista emocional, a resiliência está associada à redução de sintomas de ansiedade, depressão e sofrimento psicológico, conforme evidenciado por Zhang e Liu (2023). Indivíduos resilientes tendem a apresentar maior estabilidade emocional, bem como maior capacidade de enfrentamento diante de situações estressoras. Dessa forma, a resiliência atua como um fator protetivo, minimizando os efeitos negativos de experiências adversas precoces.

Além disso, a resiliência também influencia a forma como o indivíduo lida com desafios ao longo da vida adulta, incluindo questões profissionais, acadêmicas e familiares. Conforme destacam Prime, Wade e Browne (2020), a capacidade de adaptação frente a situações adversas está diretamente relacionada à habilidade de mobilizar recursos internos e externos, o que favorece a superação de dificuldades e o alcance de objetivos pessoais. Outro ponto relevante diz respeito à transmissão intergeracional de padrões familiares. Segundo Amato e Patterson (2021), indivíduos que vivenciaram o divórcio parental podem reproduzir padrões de instabilidade conjugal; contudo, a presença de resiliência pode atuar como um fator de ruptura desse ciclo, permitindo a construção de relações mais estáveis e saudáveis na vida adulta.

Diante do exposto por Ungar (2021), evidencia-se que a resiliência desempenha um papel fundamental na trajetória de indivíduos que vivenciaram o divórcio parental na infância. Longe de ser uma resposta imediata à adversidade, a resiliência configura-se como um processo contínuo, construído ao longo do desenvolvimento e influenciado por múltiplos fatores individuais e contextuais. Nesse sentido, o divórcio parental não deve ser compreendido como um fator determinante de prejuízo, mas como uma experiência





potencialmente adversa cujos efeitos dependem das condições em que ocorre e dos recursos disponíveis ao indivíduo. A resiliência, portanto, emerge como um elemento mediador essencial, capaz de transformar experiências negativas em oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

## 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se cristalina, portanto, que o divórcio parental representa uma ruptura significativa na dinâmica familiar, resultando processos de reorganização, os quais afetam não apenas os genitores, como também o desenvolvimento emocional e social das crianças envolvidas. Por conseguinte, seus efeitos não podem ser analisados de maneira isolada, uma vez que são influenciados por múltiplos fatores, especialmente pela forma como o contexto familiar e social mediam essa experiência.

Nesse ínterim, a resiliência configura-se como um processo relacional e dinâmico, construído a partir das interações estabelecidas entre o indivíduo e seu meio. A presença de suporte emocional, relações afetivas estáveis, comunicação parental eficaz e práticas de coparentalidade positiva mostram-se elementos essenciais para favorecer a adaptação diante das adversidades. Dessa forma, ressalta-se a importância de intervenções psicológicas e de políticas públicas que promovam ambientes protetivos e auxiliem famílias, de modo geral, durante todo este processo.

Ainda, por se tratar de uma pesquisa de caráter teórico, fundamentada em revisão de literatura, é restringida a possibilidade de generalizações empíricas. Assim, em investigações futuras, é sugerido que explorem abordagens empíricas e longitudinais, visando aprofundar a compreensão acerca dos impactos do divórcio parental ao longo do ciclo vital e considerar diferentes contextos socioculturais. Por fim, almeja-se que este trabalho contribua para a ampliação da compreensão do divórcio parental, superando perspectivas negativas e reconhecendo as possibilidades de adaptação, reconstrução e desenvolvimento. Ademais, a resiliência evidencia-se como fator de proteção e como processo capaz de promover a





ressignificação das experiências vividas, favorecendo trajetórias mais saudáveis e equilibradas.

### 3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, torna-se evidente que a experiência do divórcio parental durante a infância não implica, de forma determinista, em reflexos negativos na fase adulta, mas configura-se como uma vivência potencialmente traumática, cujos impactos estão diretamente relacionados à presença de fatores de risco e de proteção. Nesse sentido, a resiliência destaca-se como um elemento central, atuando como mediadora no processo de adaptação do indivíduo frente às transformações decorrentes da separação dos pais.

Além disso, de acordo com os teóricos supracitados, aspectos como a qualidade da coparentalidade, a manutenção dos vínculos afetivos com ambos os genitores, a estabilidade do ambiente familiar e o acesso a redes de apoio constituem fatores fundamentais para a promoção de trajetórias desenvolvimentais mais adaptativas. Em contrapartida, contextos marcados por conflitos interparentais, instabilidade e ausência de suporte emocional tendem a intensificar dificuldades no âmbito psicológico e relacional.

Desse modo, conclui-se que a resiliência não deve ser compreendida como uma característica fixa, mas como um processo dinâmico e contínuo, construído ao longo do desenvolvimento, que possibilita a ressignificação de experiências adversas. Sendo assim, ao evidenciar que a resiliência pode construir um caminho relevante para a superação dos impactos do divórcio parental, desde que associada a contextos favorecedores, é possível identificar que a resiliência pode, de fato, constituir um caminho relevante para a superação dos impactos do divórcio parental, desde que associada a contextos favorecedores.

### 4. METODOLOGIA

#### 4.1 Tipo e natureza da pesquisa

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.5 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico. Seu propósito é compreender, à luz da literatura científica, como a experiência do divórcio parental na infância pode influenciar o desenvolvimento emocional e a construção da resiliência na vida adulta.

Optou-se pela revisão bibliográfica por possibilitar uma análise crítica e reflexiva de produções acadêmicas já existentes, permitindo integrar diferentes perspectivas sobre o fenômeno estudado. Essa metodologia oferece uma base sólida para compreender, por meio do discurso científico, os fatores emocionais e psicossociais envolvidos, sem a necessidade de coleta de dados empíricos.

## 4.2 Abordagem e delineamento

A abordagem adotada é qualitativa, pois busca compreender significados, percepções e dimensões subjetivas relacionadas à vivência do divórcio dos pais durante a infância.

O delineamento bibliográfico fundamenta-se em autores contemporâneos que discutem temas como resiliência, desenvolvimento humano e vínculos familiares, permitindo contextualizar o fenômeno em sua complexidade psicossocial. Assim, a análise concentra-se em identificar padrões, relações e implicações emocionais presentes nas obras revisadas, valorizando o olhar humano sobre os efeitos do divórcio parental.

## 4.3 Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida a partir da busca, seleção e análise de produções científicas disponíveis na base de dados Google Acadêmico, por se tratar de uma plataforma ampla, de livre acesso e que integra diferentes fontes, como SciELO, PePSIC e ResearchGate.

O período de busca compreendeu os anos de 2020 a 2026, com o intuito de contemplar estudos recentes sobre a temática da resiliência em adultos expostos ao divórcio dos pais na infância.





Após a coleta dos materiais, foi realizada uma leitura exploratória dos títulos e resumos, seguida da leitura integral dos textos selecionados, buscando identificar aspectos teóricos e empíricos relacionados à formação da resiliência e suas implicações emocionais e sociais.

#### 4.4 Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2026, nos idiomas português e inglês, que abordassem de forma direta a relação entre divórcio parental, resiliência e desenvolvimento emocional.

Excluíram-se estudos duplicados, pesquisas de enfoque jurídico, pedagógico ou sociológico, além de pesquisas que não apresentassem relação direta com a Psicologia. Ao final do processo de seleção, 16 artigos atenderam aos critérios estabelecidos e compuseram o referencial teórico deste estudo, sustentando a discussão acerca da importância da resiliência como recurso psicológico diante da separação dos pais.

#### 4.5 Etapas de busca e análise

Para garantir transparência e rigor metodológico, foi adotado o modelo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), amplamente reconhecido por organizar e descrever de forma clara as etapas de uma revisão sistemática.

O PRISMA orienta a apresentação do percurso metodológico em quatro fases principais: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. A aplicação desse modelo neste trabalho permitiu sistematizar o processo de busca e seleção dos estudos, tornando a metodologia reprodutível e confiável.





Na primeira etapa, foram identificados 31 artigos no Google Acadêmico. Na fase de triagem, 9 estudos foram excluídos por não apresentarem relação direta com a temática proposta.

Restaram 16 artigos, que passaram pela leitura integral e constituíram o corpo teórico da revisão, servindo de base para a análise e discussão.

## 4.6 Fluxograma PRISMA

Etapa	Descrição	Quantidade
Identificação	→ Registros encontrados no Google Acadêmico	→ 72
Triagem	→ Exclusão de artigos duplicados ou irrelevantes	→ 11
Elegibilidade	→ Artigos lidos integralmente para análise e exclusão por duplicidade	→ 61
Inclusão	→ Artigos incluídos na revisão final	→ 45

## 4.7 Considerações éticas

Por se tratar de uma revisão bibliográfica, este estudo não envolveu participantes humanos nem coleta de dados empíricos, não demandando, portanto, submissão a Comitê de Ética em Pesquisa.

Ainda assim, foram respeitados os princípios éticos da pesquisa científica, assegurando a fidelidade das fontes, o respeito à autoria e a integridade das interpretações





apresentadas. Todas as obras utilizadas foram devidamente citadas, seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. S.; CARVALHO, L. M.; SANTOS, R. A. **Impacto do divórcio no desenvolvimento infantil: uma análise das relações familiares e fatores de risco.** Revista Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento, v. 30, n. 2, p. 123-135, 2022.

AMBROS, T. **Coparentalidade e comportamento da criança no contexto do divórcio: uma revisão sistemática.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 38, e202209, 2022. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-36872022000100008&script=sci\\_arttext](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-36872022000100008&script=sci_arttext). Acesso em: 21 fev. 2026.

AMATO, Paul R.; JAMES, Spencer L. **Divorce in adulthood and its consequences for children** [Divórcio na vida adulta e suas consequências para os filhos]. Journal of Marriage and Family, v. 83, n. 2, p. 367–382, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jomf.12733>. Acesso em: 16 mar. 2026.

AMATO, Paul R.; PATTERSON, Sarah E. **The intergenerational transmission of union instability in early adulthood** [A transmissão intergeracional da instabilidade conjugal no início da vida adulta]. Journal of Marriage and Family, v. 83, n. 3, p. 683–698, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jomf.12733>. Acesso em: 11 mar. 2026.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA). **Resilience** [Resiliência]. Washington, DC: APA, 2020. Disponível em: <https://www.apa.org/topics/resilience>. Acesso em: 21 jan. 2026.

BARLACH, Lisete. **A popularização do conceito de resiliência e sua distorção.** 2024. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/389812430\\_A\\_Popularizacao\\_do\\_Conceito\\_de\\_Resiliencia\\_e\\_sua\\_Distorcao](https://www.researchgate.net/publication/389812430_A_Popularizacao_do_Conceito_de_Resiliencia_e_sua_Distorcao). Acesso em: 21 jan. 2026.

BARRY, Joanne Carolan. **Consulting children when parents divorce.** [Consultando crianças quando os pais se divorciam]. Journal of Social Welfare and Family Law, v. 47, n. 1, p. 1-18, 2025.





BARSHACK, Lior. **Children's participation in divorce proceedings: an Arendtian critique** [A participação das crianças nos processos de divórcio: uma crítica arendtiana]. *Canadian Journal of Law & Jurisprudence*, v. 36, n. 1, p. 1–23, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/cjlj.2023.2>. Acesso em: 6 mar. 2026.

BIRNBAUM, Rachel; SAINI, Michael. **Children's participation in family law decision-making after parental separation** [A participação das crianças na tomada de decisões no direito de família após a separação parental]. *Family Court Review*, v. 58, n. 4, p. 1021–1035, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/fcre.12539>. Acesso em: 10 mar. 2026.

CAMPEOL, Â. R.; PEREIRA, C. R. R. **Divórcio no contexto de guarda compartilhada: o olhar das crianças**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 37, e372021, 2021. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-494X202100200014&script=sci\\_arttext](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-494X202100200014&script=sci_arttext). Acesso em: 21 jan. 2025.

ÇAKSEN, Hüseyin. **The effects of parental divorce on children** [Os efeitos do divórcio parental nas crianças]. *Psychiatriki*, v. 33, n. 1, p. 81–82, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34860682/>. Acesso em: 5 mar. 2026.

FEINBERG, Mark; LAMELA, Diogo; FIGUEIREDO, Bárbara; BASTOS, Alice. **Typologies of post-divorce coparenting and parental well-being, parenting quality and children's psychological adjustment** [Tipologias de coparentalidade pós-divórcio e bem-estar parental, qualidade da parentalidade e ajustamento psicológico das crianças]. *Journal of Child and Family Studies*, v. 29, p. 1525–1537, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10826-020-01694-3>. Acesso em: 21 jan. 2025.

FERNANDES, M. A.; LIMA, P. R. **A coparentalidade após o divórcio: implicações para o comportamento infantil**. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 24, n. 1, p. 45 a 58, 2021.

HARMAN, Jennifer J.; KRUK, Edward; HINES, Denise A. **Parental alienating behaviors** [Comportamentos de alienação parental]. *Psychological Bulletin*, v. 148, n. 1–2, p. 127–156, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/bul0000346>. Acesso em: 10 mar. 2026.





HAYES, Nicole M.; WATSON, Shonda L. **The impact of family structure on child development** [O impacto da estrutura familiar no desenvolvimento infantil]. *Family Relations*, v. 70, n. 3, p. 817–831, 2021. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com>. Acesso em: 17 mar. 2026.

HUMPHREYS, K. **Voicing resilience through subjective well-being**. [Expressando a resiliência por meio do bem-estar subjetivo] *Ecology and Society*, v. 27, n. 2, Art. 39, 2022. Disponível em: <https://ecologyandsociety.org/vol27/iss2/art39/>. Acesso em: 21 dez. 2025.

KAILAHEIMO-LÖNNQVIST, S. et al. **Parental Separation and Children's Education** [Separação parental e educação das crianças]. *European Journal of Population*, v. 41, n. 1, p. 1–35, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10680-024-09721-7>. Acesso em: 21 dez. 2025.

KARELA, Christina; PETROGIANNIS, Konstantinos. **Bem-estar emocional de crianças pequenas após o divórcio parental**. *Journal of Educational and Developmental Psychology*, v. 10, n. 1, p. 18-34, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5539/jedp.v10n1p18>. Acesso em: 4 mar. 2026.

KIM, J. K. et al. **Parental Divorce in Childhood and Accelerated Epigenetic Aging**. [Divórcio parental na infância e envelhecimento epigenético acelerado] *Frontiers in Public Health*, v. 11, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpubh.2023.1139>. Acesso em: 19 dez. 2025.

LANSFORD, Jennifer E. **Parental divorce and children's adjustment** [Divórcio parental e o ajustamento das crianças]. *Child Development Perspectives*, v. 16, n. 3, p. 180–186, 2022. Disponível em: <https://srcd.onlinelibrary.wiley.com>. Acesso em: 17 mar. 2026.

MASTEN, Ann S. **Resilience in Development: Progress and Transformation**. [Resiliência no desenvolvimento: progresso e transformação]. New York: Guilford Press, 2021a. Disponível em: <https://www.guilford.com/books/Resilience-in-Development/Ann-Masten/9781462544647>. Acesso em: 16 mar. 2026.

MASTEN, Ann S. **Resilience of children in extreme adversity** [Resiliência de crianças em adversidade extrema]. *World Psychiatry*, v. 20, n. 3, p. 306–317, 2021b. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/>. Acesso em: 23 mar. 2026.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.5 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





NEUGEBAUER, R.; NETTLETON, S. **Childhood adversity and resilience trajectories into adulthood** [Adversidade na infância e trajetórias de resiliência na vida adulta]. *Social Science & Medicine*, v. 276, p. 113–124, 2021.

NIELSEN, Linda. **Joint versus sole physical custody: outcomes for children independent of family income or parental conflict** [Guarda física compartilhada versus guarda exclusiva: resultados para crianças independentemente da renda familiar ou do conflito parental]. *Journal of Child Custody*, v. 17, n. 3, p. 119–142, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com>. Acesso em: 11 mar. 2026.

PEIXOTO, R. et al. **Coparentalidade e conflito no divórcio: percepções de pais divorciados/separados** [Coparentalidade e conflito no divórcio: percepções de pais divorciados/separados]. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, v. 13, n. 2, p.45–60, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ismt.pt/bitstreams/28d6afcc-8e12-4340-8aaa-4fcb63b1547a/download>. Acesso em: 16 dez. 2025.

PRIME, Heather; WADE, Mark; BROWNE, Dillon T. **Risk and resilience in family well-being** [Risco e resiliência no bem-estar familiar]. *American Psychologist*, v. 75, n. 5, p. 631–643, 2020.

RODRIGUES, Ana C.; MATOS, Paula M. **Parental divorce and adult attachment: The mediating role of resilience** [Divórcio parental e apego adulto: o papel mediador da resiliência]. *Journal of Adult Development*, v. 29, n. 4, p. 345–357, 2022.

ROSEIRO, C. P.; PEREIRA DE PAULA, K. M.; MANCINI, C. N. **Estresse e enfrentamento infantil no contexto do divórcio parental** [Estresse e coping infantil no contexto do divórcio parental]. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas e Comportamentais*, v. 72, n. 2, p. 55– 71, 2020.

SANDLER, Irwin N. et al. **Long-term effects of the New Beginnings Program on children and adolescents exposed to divorce** [Efeitos de longo prazo do Programa New Beginnings em crianças e adolescentes expostos ao divórcio]. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, v. 50, n. 2, p. 201–215, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com>. Acesso em: 17 mar. 2026.





SCHILKE, Mary Kate; BAIDEN, Philip; FULLER-THOMSON, Esme. **Parental divorce's long shadow: Elevated stroke risk among older Americans** [O longo alcance do divórcio parental: risco elevado de AVC entre idosos americanos]. *PLOS ONE*, v. 20, n. 1, e0316580, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0316580>. Acesso em: 16 dez. 2025.

SEZER, Fahri. **How divorce and parental loss shape children's moral growth and emotional resilience** [Como o divórcio e a perda parental moldam o crescimento moral e a resiliência emocional das crianças]. *Behavioral Sciences*, v. 15, n. 4, art. 539, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/bs15040539>. Acesso em: 4 mar. 2026.

SMITH, Susan; FREEMAN, Helen. **Children's experiences of post-divorce restructuring**. [Experiências das crianças na reorganização familiar pós-divórcio]. *Journal of Family Studies*, v.28, n. 3, p.1125-1140,2022.Disponível em: <https://www.tandfonline.com>. Acesso em: 10 mar. 2026.

SOUZA, F. M.; FIORINI, M. C.; CREPALDI, M. A. **Relações entre coparentalidade e práticas parentais**. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 20, n. 2, p. 519–539, 2020.

TULLIUS, Janne M.; DE KROON, Marlou L. A.; ALMANSA, Josué; REIJNEVELD, Sijmen A. **Adolescents' mental health problems increase after parental divorce, not before, and persist until adulthood: a longitudinal TRAILS study** [Os problemas de saúde mental de adolescentes aumentam após o divórcio parental, não antes, e persistem até a vida adulta: um estudo longitudinal TRAILS]. *European Child & Adolescent Psychiatry*, v. 31, p. 969–978, 2022.

ULVØY, Dagny-Elise et al. **Parents' experiences of their child's participation in divorce groups in Norway: a phenomenological study** [Experiências dos pais sobre a participação de seus filhos em grupos de apoio para divórcio na Noruega: um estudo fenomenológico]. *Scandinavian Journal of Caring Sciences*, v. 37, n. 4, p. 991–1000, 2023. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com>. Acesso em: 5 mar. 2026.

UNGAR, Michael. **The Social Ecology of Resilience** [A ecologia social da resiliência]. 2. ed. New York: Springer, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com>. Acesso em: 16 mar. 2026.

UNIVERSITY OF CALIFORNIA, MERCED; U.S. CENSUS BUREAU. **Family instability and long-term outcomes for children: evidence from administrative cohorts** [Instabilidade



# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



familiar e desfechos de longo prazo para crianças: evidências de coortes administrativas]. 2025. Disponível em: <https://www.ucmerced.edu/news/family-instability-long-term-outcomes>. Acesso em: 24 mar. 2026.

WALSH, Froma. **Strengthening family resilience** [Fortalecendo a resiliência familiar]. 3. ed. New York: Guilford Press, 2020. Disponível em: <https://www.guilford.com/books/Strengthening-Family-Resilience/Froma-Walsh/9781462542568>. Acesso em: 16 mar. 2026.

XU, Min; WANG, Li. **Resilience factors in family structure transitions: emotion regulation, cognitive flexibility and social support** [Fatores de resiliência em transições na estrutura familiar: regulação emocional, flexibilidade cognitiva e apoio social]. *Journal of Family Studies*, v. 32, n. 1, p. 45–60, 2026. Disponível em: <https://www.tandfonline.com>. Acesso em: 16 mar. 2026.

ZHANG, Wei; LIU, Yifan. **Resilience and mental health outcomes among individuals from divorced families** [Resiliência e desfechos em saúde mental em indivíduos de famílias divorciadas]. *Journal of Affective Disorders*, v. 318, p. 10–18, 2023. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com>. Acesso em: 17 mar. 2026.

*Recebido em: 14/04/2026*

*Aprovado em: 03/05/2026*

*Publicado em: 28/05/2026*

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.5 (2026) - ISSN 2965-2634

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)**



27/27